

# SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO TRANS

## APRESENTAÇÃO

Maria Helena Martins<sup>1</sup>  
Maria de Almeida Silva<sup>2</sup>

O presente documento tem como objetivo trazer orientações aos profissionais de serviço social a respeito da temática Trans, de modo a auxiliar na atuação profissional nos equipamentos nos quais esses profissionais estão inseridos. É fundamental que as/os assistentes sociais estejam atualizadas (os) sobre esse debate e preparados para atender a população transexual, considerando que é compromisso ético-político dessa categoria profissional a luta pelo fim das opressões, pela ampliação e efetivação de direitos sociais, e a contribuição para a construção de uma sociedade justa, igualitária e emancipada. Nesse sentido o Código de Ética Profissional traz entre os seus principais fundamentais as seguintes disposições:

VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...]

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; [...]

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

São inúmeros os desafios para efetivação de nossos princípios fundamentais considerando o contexto capitalista, a condição de economia dependente e de avanço do autoritarismo e do conservadorismo no país, entretanto,

Da constatação de que nessa sociedade é impossível a *universalização* de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, não se conclui, necessariamente, a impossibilidade de sua realização *parcial*. Creio que a consideração oposta, ou seja, de que nesta sociedade é impossível qualquer realização ética, decorre de uma visão que analisa o presente em função do *dever* sem considerar as mediações entre esses dois polos e absolutizando os valores e a ética, a partir de uma projeção idealista do dever. Se operarmos com a projeção das condições ideais nas quais a ética poderia se objetivar,

---

<sup>1</sup> Estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, militante do Levante Popular da Juventude e do Coletivo Universistrava.

<sup>2</sup> Bacharela em Serviço Social e mestra em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo.

contraopondo-as ao presente de forma absoluta, tenderemos a ignorar as mediações históricas inscritas entre esses dois extremos. Em outras palavras, reiteraremos a visão de que: *se não é possível a sua realização ideal aqui e agora, não será possível nenhuma forma de realização* (BARROCO, 2012, p. 55-56, grifo da autora)

## INTRODUÇÃO

Apesar de uma aparente e frequentemente reiterada suposta determinação biológica da organização da vida com base na divisão entre dois sexos/gêneros<sup>3</sup>, homem e mulher, macho e fêmea são categorias histórica e socialmente constituídas. O padrão binário (masculino x feminino) ensinado desde a infância como panaceia do mundo não encontra real sentido na biologia. Isso porque a divisão da sociedade em masculino e feminino se trata de um padrão histórica e socialmente construído e não uma constatação de diferenças biológicas. Ser mulher, por exemplo, nem sempre foi carregado dos mesmos elementos e símbolos que na atualidade. Ser mulher ou ser homem varia no tempo e no espaço. Além disso, não necessariamente essas duas formas de se entender e de se colocar no mundo encerram todas as possibilidades do sujeito.

A divisão da sociedade em feminino e masculino é incentivada por equipamentos diversos (músicas, filmes, novelas, programas televisivos, escolas, igrejas etc) de diversas maneiras desde a infância, muito antes que as crianças consigam de fato constatar as diferenças corporais. O corpo nasce em um mundo já construído e essa construção não se deu senão por conflitos, antagonismos, contradições<sup>4</sup>. Entendemos o sexismo, isto é, a atitude discriminatória e preconceituosa direcionada ao feminino e baseada numa divisão do mundo em dois sexos, como uma ideologia que para além de refletir a divisão sexual do trabalho, atua concretamente na realidade, na construção de um tipo específico de subjetividade, de entendimento e de experiência vivida.

Não se trata aqui de criar novas regras sobre a vivência do gênero (a forma como os sujeitos se compreendem) e da sexualidade (o desejo sexual), mas sim entender que aquilo que muitas vezes aprendemos como “coisa de homem” e “coisa de mulher” são construções sociais, e que o pensamento hegemônico sobre os sexos numa sociedade corresponde à ideologia da classe dominante, a detentora de meios diversos de

---

<sup>3</sup> O termo “sexos” é geralmente utilizado para se referir ao corpo biológico e o termo gênero para a forma como as pessoas se entendem, entretanto, existem perspectivas que pensam o próprio sexo como histórico, pois o corpo é plástico (BENTO, 2006), e ao longo da história foi moldado para se enquadrar no padrão binário de gênero (FEDERICI, 2004; TABET, 2005).

<sup>4</sup> Delfhy (2015), Kergoat (2010), Marx e Engels (2005).

propagação de suas ideias, tanto de formas aparentemente pacíficas e sutis, quanto de formas explicitamente violentas.

Concordamos com Bona Júnior (2011, p. 42) quando alega que a emancipação dos indivíduos pela sexualidade “[...] não significa orientar ou definir sua vivência sexual, mas sim tornar as escolhas pessoais conscientes e desfeticizadas”. O que implica libertação das amarras socialmente construídas e atribuídas aos sujeitos no que tange à sua sexualidade e identidade de gênero como parte do processo de emancipação humana. Mas como essas amarras, esses limites do que é permitido ou apropriado a homens e mulheres são construídos? Será que as pessoas, de fato, enquadram-se ou “naturalmente” se adequam perfeita e completamente àquilo que entendemos ao longo da vida como homens e mulheres? O que é transexualidade? Existe diferença entre travesti e transexual?

O presente documento aborda resumidamente estas questões de modo a subsidiar a atuação de Assistentes Sociais no atendimento de pessoas Trans. Por ora, faz-se importante destacar alguns aspectos de nomenclatura debatidos pela população transexual do Brasil.

Com base em discussões realizadas nas Conferências Nacionais LGBTI, militantes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) compreendem que há “[...] um espectro da condição transgênera, inerente àquelas pessoas que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento, sendo elas: Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Transmasculinos e demais pessoas trans” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 11). E conceituam as seguintes categorias:

**Travestis:** Pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e tem expressão de gênero feminina, mas não se reivindicam como mulheres da forma com que o *ser mulher* está construído em nossa sociedade.

**Mulheres Transexuais:** Pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e se reivindicam como mulheres.

**Homens Trans:** São aquelas pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero masculino e se reivindicam como homens.

**Transmasculinos:** São aquelas pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem

como pertencentes ao espectro do gênero masculino, tem expressão de gênero masculina, mas não se reivindicam da forma com que o *ser homem* está construído em nossa sociedade (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 11, grifo das autoras).

Há ainda pessoas transgênero não binárias, isto é, que não se identificam e nem se reivindicam nem como feminino, nem como masculino, dentre outras variações.

Entretanto, destacamos que não existem regras sobre as identidades, logo, o que vale é a forma como cada pessoa se identifica. Na dúvida, pergunte: como você se identifica? Por qual nome devo te chamar? Como devo te tratar? Quais pronomes devo utilizar?

No dia 1º de março de 2018 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela possibilidade de alteração do registro civil para travestis e transexuais sem para isso ser obrigatória a realização prévia de cirurgia de redesignação sexual.

A decisão foi feita na **ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275** ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei 6.015/1973 (a lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original (ANTRA... Acesso em 21 de junho de 2020<sup>5</sup>).

Dessa forma, com a decisão do STF, não é mais necessária autorização judicial para solicitar alteração de documentação, mas sim ir a um cartório de registro civil. É necessário que a pessoa transexual ou travesti esteja acima dos 18 anos para realizar a solicitação em cartório, dispensada a presença de advogado. Caso a pessoa transexual ou travesti tenha menos que 18 anos, a mudança só poderá ser realizada por via judicial.

Pode ser feita alteração de nome, agnômes indicativos de gênero, gênero em certidão de nascimento e de casamento (neste é necessária autorização do cônjuge). Tais procedimentos não incluem alteração de sobrenome e não é permitido uso de nome idêntico ao de outro membro da família<sup>6</sup>.

Caso a pessoa travesti ou transexual ainda não tenha conseguido realizar o procedimento de alteração de documentação, é de extrema importância que a/o assistente social pergunte por qual nome a pessoa deseja ser tratada e coloque o nome social (nome pelo qual a pessoa deseja ser tratada e que expressa sua identidade de gênero reivindicada) ao lado do nome de registro civil em formulários, prontuários de atendimento etc. e que seja utilizado o nome social em detrimento do nome constante na

---

<sup>5</sup> <https://antrabrazil.org/cartilhas/>.

<sup>6</sup> Para mais informações acesse: <https://antrabrazil.org/cartilhas/>.

documentação. Algumas pessoas trans não desejam alterar o nome constante na documentação ou não desejam utilizar nome social, nesses casos é importante perguntar por quais pronomes a pessoas deseja ser tratada.

### **Sexo, gênero e sexualidade**

Com base nas contribuições de Lukács (2013) entendemos que o termo natureza refere-se ao nível orgânico do ser. Sexo, em sentido natural, trata do que em última instância chamamos de reprodução para perpetuação da espécie. Todavia, a passagem de uma consciência animal, subjugada ao instinto, para uma consciência humana<sup>7</sup>, do ser social, implica a passagem da natureza para o social, ou seja, de uma forma de vida ainda limitada a responder a estímulos externos e a instintos da espécie para uma forma de vida que, para além disso, implica entendimento de si e do outro, e teleologia, isto é, capacidade de idealizar o que se quer antes da execução. O caráter social do ser se desenvolve de tal maneira que podemos falar em uma natureza apenas em sentido último. E mesmo se quisermos falar da em termos biológico-corporais encontramos variações sem correspondência em uma divisão rígida entre machos e fêmeas, pois

Nos primeiros estágios de desenvolvimento, corpos de machos e fêmeas são relativamente pouco (ou nada) diferenciados; há apenas pequenas diferenças entre uma menina e um menino aos 2 anos de idade. Mesmo os órgãos reprodutivos externos – pênis, clitóris, escroto, lábios vaginais – se desenvolvem embrionariamente de um mesmo ponto. De várias maneiras, os corpos de machos e fêmeas também se tornam mais parecidos na velhice, por exemplo, em relação à combinação e proporção de seus hormônios. [...] mesmo no início da vida adulta, as características físicas de machos, enquanto grupo, e fêmeas, enquanto grupo, extensivamente se sobrepõem. A altura é um exemplo simples. Em média, os machos adultos são um pouco mais altos do que as fêmeas, mas a diversidade de altura internamente a cada grupo é enorme em relação a essa média. Portanto, um número grande de mulheres é mais alta do que muitos homens individualmente (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 89-90).

Existem também diversas variações de intersexo<sup>8</sup>, com presença de cromossomo x extra em machos, ausência de um segundo cromossomo x em fêmeas, genitálias diversas, constituições hormonais diversas etc. (CONNELL; PEARSE, 2015). A reprodução sexuada não é a única que está presente na natureza e, mesmo nos marcos desse tipo de

---

<sup>7</sup> “[...] a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’” (LUKÁCS, 2013, p. 35-36).

<sup>8</sup> O termo Intersexo refere-se a uma variedade de formas de combinação naturais (isto é, sem qualquer intervenção cirúrgica) de desenvolvimento de características femininas e masculinas no que tange ao sistema reprodutor ou sexual.

reprodução, não é necessariamente obrigatória a presença de machos e fêmeas em todas as espécies sexuadas (BEAUVOIR, 1970; CONNEL; PEARSE, 2015). “Podemos ser uma de muitas espécies que se reproduzem sexuadamente, mas somos a única delas que produziu estruturas sociais complexas, que se transformaram historicamente, nas quais a capacidade reprodutiva é evidenciada e mudada” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 114).

Entendemos que a construção dessas estruturas sociais complexas é feita tanto material quanto discursivamente. Os seres humanos se entendem como sujeitos em sua relação com os outros e a linguagem tem papel fundamental nesse processo, enquanto pôr teleológico<sup>9</sup> que medeia as relações dos sujeitos entre si. Segundo Lukács (2013, p. 160, grifo nosso) “[...] **para o homem singular reveste-se de importância vital o modo como os seus semelhantes o avaliam, o modo como avaliam sua atividade, seu comportamento, como o classificam dentro da respectiva sociedade**”.

Este é um dos aspectos que compõem o caráter social dos sujeitos, pois medeia a própria relação dos sujeitos entre si e com a natureza<sup>10</sup>. Dessa forma, características supostamente naturais do feminino e masculino nada mais são do que maneiras socialmente construídas e ensinadas de viver a própria identidade enquanto sujeito. Essa construção é coletiva e num dado momento histórico, relacionada à forma como se constitui a organização social de um povo, torna-se um padrão ensinado e protegido por aquele grupo.

As diferentes tribos indígenas que habitavam o solo brasileiro durante o período das invasões europeias e início da colonização apresentavam configurações de gênero e sexualidade diversas do modelo monogâmico heterossexual europeu. Viajantes da época relataram a presença do que arbitrariamente denominaram “homens vestidos como mulheres” e “mulheres vestidas como homens”, poliandria, tribadismo, vidas sexuais mais ativas, sodomia, entre outros costumes entre os povos indígenas (TREVISAN, 2011). Os colonizadores tentaram reprimir de diversas maneiras os costumes indígenas.

---

<sup>9</sup> Segundo análises de Lukács, um pôr teleológico é uma ação intencional idealizada previamente para atingir fins pré-estabelecidos, pode ser realizado com sucesso ou não. Pôr teleológico primário é esse tipo de ação direcionada à natureza, refere-se ao processo de trabalho em sentido material. Um pôr teleológico secundário é a mesma ação, entretanto direcionada para influenciar a ação e pensamento de outros sujeitos. Os termos primário e secundário se referem a uma primazia em sentido ontológico, não se refere a uma primazia de valor, hierárquica ou cronológica por entender que o ser social se desenvolve processualmente e não em uma linha cronológica e sucessiva. Para mais informações ver Lukács (2013).

<sup>10</sup> Lukács (2013) usa o exemplo da fome. A fome é fome em qualquer lugar do mundo, mas o que determina que a fome seja de massa, peixe cru, arroz com feijão, doce de pimenta ou chorizo na parrila, é o local, cultura, período histórico e forma de organização social em que determinados sujeitos vivem.

Entre 1520 e 1540 realizaram “[...] batismos massivos, no qual se manifestou o maior fervor para convencer os ‘índios’ a mudar seus nomes e abandonar seus deuses e costumes sexuais, especialmente a poligamia e a homossexualidade” (FEDERICI, 2004, p. 401).

Trevisan (2011, p. 66) cita relato de um pesquisador alemão do século XIX, Avé-Lallement, que, em 1859, durante viagem ao Nordeste brasileiro “[...] tentava uma explicação ao escrever que, entre os índios botocudos, não havia homens e mulheres mas sim homens-mulheres e mulheres-homens, pois sua própria constituição física não variava muito de um sexo para o outro [...]”, o que difere da configuração de gênero e sexualidade predominante entre os europeus, o “[...] sistema patriarcal-ocidental, responsável pelos padrões de força no homem e de fragilidade na mulher, conforme análises do sociólogo Gilberto Freyre” (TREVISAN, 2011, p. 66).

O caráter histórico dos sexos não se limita aos povos indígenas brasileiros. Mesmo na Europa (de onde foi trazido esse padrão para o Brasil), o processo de desagregação do sistema feudal em detrimento do desenvolvimento do capitalismo foi marcado por um forte controle sobre sexualidades e identidades de gênero como demonstrado por Federici (2004). A autora elenca aspectos importantes do processo de desenvolvimento do capitalismo na Europa e que implicaram diretamente num aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres ainda que posteriormente tenha se revestido de uma aparência de libertação, sendo eles: construção de uma nova divisão sexual do trabalho<sup>11</sup> e de uma nova ordem patriarcal baseada nos salários e no subjugo da mulher ao homem; “[...] a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2004, p. 16), ou seja, **controle sobre os corpos das mulheres ; e a caça às bruxas**<sup>12</sup>.

Segundo Rubin (1993, p.6) “introduziu-se o termo ‘patriarcado’ para diferenciar as forças que mantêm o sexismo de outras forças sociais, como o capitalismo”. Entretanto,

---

<sup>11</sup> Dentre outros fatores, os cercamentos de terras foram fundamentais nesse processo. A transformação da terra em propriedade privada passível de compra e venda e destituída das relações de posse por costume e do vínculo dos servos com terra, atingiu aos camponeses de uma maneira geral, mas particularmente as mulheres camponesas, pois “a função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes delas para a subsistência, autonomia e sociabilidade” (FEDERICI, 2004, p. 127).

<sup>12</sup> “[...] nos séculos XVI e XVII, o extermínio de ‘bruxas’ e a extensão do controle estatal a qualquer aspecto da reprodução se converteram nas pedras angulares da acumulação primitiva” (FEDERICI, 2004, p. 35), além disso, a caça às bruxas também contribuiu para a derrota das lutas camponesas. Para mais informações ver Federici (2004).

o advento do modo de produção capitalista<sup>13</sup> não aboliu o patriarcado. Este, juntamente com o racismo, é constituinte da própria formação capitalista, não sendo possível sua superação dentro dos limites desse modo de produção.

Partimos da compreensão do sexismo como uma ideologia, parte fundamental da ideologia dominante. Para Meszaros (1996) ideologia não se reduz a uma falsa consciência, e não se opõe à ciência. A natureza da ideologia é determinada pelo “imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental”. Trata-se, portanto, da forma como os sujeitos veem e compreendem a realidade, e a realidade é construída e transformada por meio de conflitos, a história se movimenta por meio de contradições.

A ideologia sexista está diretamente ligada à heterossexualidade compulsória, normatizada e naturalizada pela ideologia dominante. Segundo Costa a heterossexualidade como norma é “[...] uma disciplina sexual, econômica e social” (COSTA, p.16). É imposta aos sujeitos quando estes chegam ao mundo, e o esforço de alas conservadoras da sociedade para que o padrão homem/mulher heterossexuais sejam ensinados e estimulados desde a infância demonstra que não se trata de algo que naturalmente acontece, nos moldes patriarcais heteronormativos, aos sujeitos, mas sim um projeto político com fortes e violentas consequências na vida das pessoas.

Mas essa imposição de padrões sobre o que é ser menina e o que é ser menino não atua de maneira total, de modo a impedir que outras configurações apareçam. “Pesquisas da área de psicologia sugerem que a grande maioria de nós combina características masculinas e femininas, em proporções variadas, em vez de concentrarmo-nos em um ou outro polo” (CONNELL; PEARSEN, 2015, p. 39).

O debate sobre o termo gênero é amplo e existem diversas concepções a respeito dessa temática. Usualmente tem se utilizado o termo gênero para se referir ao caráter social

---

<sup>13</sup> Modo de produção no qual os sujeitos se dividem fundamentalmente como detentores e destituídos dos meios de produção, de modo que os destituídos precisam vender sua força de trabalho em troca de uma remuneração que supostamente equivale ao necessário para reprodução da mão de obra, enquanto que os detentores dos meios de produção detêm ainda os lucros, isto é, parte da mais-valia, do valor excedente gerado pelos trabalhadores no processo de produção. O modo de produção capitalista em sua formação e manutenção se apropria do binarismo de gênero e da divisão sexual do trabalho, aprofundando-os, de modo que, parte do necessário à reprodução dos trabalhadores é fornecido gratuitamente por meio do trabalho realizado majoritariamente por mulheres (sejam cisgênero, transexuais ou travestis) no âmbito doméstico: limpeza, alimentação, criação dos filhos, cuidados dos doentes e idosos etc. Para mais informações ver Marx (2013), Federici (2004, 2018).



dos sexos. Algumas autoras utilizam o termo gênero para se referir à cultura. Outras utilizam a expressão relações sociais de sexo para deixar explícito o caráter social dos sexos e como eles se constroem em contradição, numa relação de exploração do trabalho feminino e dominação/opressão contra as mulheres. Não há consenso sobre o termo gênero.

Já sexualidade se refere ao desejo e afeto, apesar de ser um termo frequentemente misturado com a concepção de identidade de gênero. Nesse sentido afirma-se que transexualidade refere-se à identidade de gênero, à forma como a pessoa se identifica, e não à sexualidade, de tal maneira que uma pessoa pode ser, por exemplo, uma mulher transexual e se sentir atraída por homens, por mulheres, por ambos, por ninguém, por pessoas não binárias etc. Entretanto, é comum a mistura dos dois termos tomados como relacionados, mesmo entre travestis e transexuais (BARBOSA, 2013; ZAMBONI, 2017).

## **TRANSEXUALIDADE**

O debate sobre transexualidade tem sido campo de disputas entre diferentes saberes. Em 1910 o termo transexual psíquico foi cunhado pelo sexólogo Magnus Hirschfeld para se referir a travestis fetichistas. O referido termo foi novamente utilizado em 1949 pelo sexólogo estadunidense Cauldwell em sua publicação de um estudo de caso sobre um transexual masculino. “Nesse trabalho são esboçadas algumas características que viriam a ser consideradas exclusivas dos/as transexuais. Até então, não havia uma nítida separação entre transexuais, travestis e homossexuais” (BENTO, 2006, p. 40).

Na década seguinte aparecem publicações com o termo “fenômeno transexual”, podendo significar o que Bento (2006, p. 40) chamou de início da construção do ‘dispositivo da transexualidade’”. O termo “dispositivo” a autora utiliza de Foucault para se referir a um mecanismo de dominação que combina práticas discursivas e não discursivas, discurso teórico e ações de regulação. Em 1953 “[...] o endocrinologista alemão radicado nos Estados Unidos Harry Benjamin retoma o termo utilizado por Cauldwell, apontando a cirurgia como única alternativa terapêutica possível para os/as transexuais” (BENTO, 2006, p. 44), colocando em destaque uma contraposição à visão dominante entre os profissionais de saúde mental da época, “[...] sempre reticentes às

intervenções corporais como alternativas terapêuticas, consideradas mutilações por muitos psicanalistas” (BENTO, 2006, p. 40).

Em 1955 o professor de psicopediatria John Money esboçou suas primeiras teses a respeito do termo “gênero”, utilizando para isso a Teoria dos Papeis Sociais do sociólogo Talcott Parsonse e aplicando-a à diferença entre os sexos, concluindo que “gênero e identidade sexual são modificáveis até os 18 meses de idade” (BENTO, 2006, p. 41). O social pode assegurar a diferença dos sexos. Money aplicou o termo gênero ao hermafroditismo por meio das expressões “papel de gênero”, “identidade de gênero” ou “identificação/função de gênero”. Em 1966 aparece uma ligação entre os termos gênero e transexualidade devido ao anúncio da formação da Clínica de Identidade de Gênero do Hospital John Hopinks e de sua primeira cirurgia de “mudança de sexo”.

Inicialmente as ideias de Money estavam voltadas para cirurgia em bebês intersexo, mas também foram aplicadas para pessoas transexuais, fundamentando o que a Bento chama de dispositivo da transexualidade e influenciando nas teses da Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin (HIBIGDA). O termo transexual foi então cunhado e patologizado pelo saber médico, que criou parâmetros para identificar o que chama de “transexual verdadeiro” e assim impor condições para o acesso aos hormônios e cirurgias.

Bento defende como ponto de partida à desconstrução da perspectiva patologizante a problematização da linguagem. “Transexualismo’ é a nomenclatura oficial para definir as pessoas que vivem uma contradição entre corpo e subjetividade. O sufixo ‘ismo’ é denotativo de condutas sexuais perversas, como, por exemplo, ‘homossexualismo” (BENTO, 2006, p. 44). Daí a importância do uso do termo transexualidade.

Outro aspecto fundamental da abordagem médica sobre a transexualidade foi a heterossexualidade compulsória, pois, segundo Bento “as formulações sobre a pertinência de intervenções nos corpos ambíguos dos intersexos e dos transexuais terão como matriz comum a tese da heterossexualidade natural” (BENTO, 2006, p. 43). A partir dessa perspectiva durante a década de 1990 uma das condições, estabelecidas de acordo com as ideias de Harry Benjamim expostas em seu livro O Fenômeno Transexual, para se conseguir a cirurgia de redesignação sexual foi a obrigatoriedade de se relacionar afetiva e sexualmente com pessoas do sexo oposto, o que constitui uma

forma de violação, pois não necessariamente uma mulher transexual, por exemplo, terá desejo sexual por homens, assim como ocorre com as mulheres cisgênero<sup>14</sup>. Daí a diferença entre gênero e sexualidade: ser homem não implica obrigatoriamente atração sexual por mulheres e vice-versa, ainda que a ideologia machista sexista assim o pregue.

Em 1980, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) incluiu o termo transexualidade “[...] no rol de ‘Transtornos de Identidade de Gênero’ em sua terceira revisão (DSM-III) [...]” (BENTO, 2006, p. 48). Naquele mesmo ano foi oficializada a exclusão do termo homossexualidade desse documento.

Na edição de 2018 o CID-11 passa a considerar a transexualidade como incongruência de gênero, o que a situa no campo da saúde sexual e não mais como transtorno mental. A manutenção do termo transexualidade no CID-11 é importante devido a ser a única via de conseguir que o processo transexualizador seja mantido pelo Sistema Único de Saúde. O processo transexualizador pode envolver uso de hormônios, cirurgia de redesignação sexual, mastectomia, histerectomia etc). Entretanto, ser trans não significa obrigatoriamente passar por procedimentos cirúrgicos, considerando que

O que faz um sujeito afirmar que pertence a outro gênero é um sentimento; para muitos transexuais, a transformação do corpo por meio dos hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentido de identidade, e eles não reivindicam, portanto, as cirurgias de transgenitalização (BENTO, 2006, p. 44-45).

## **TRAVESTIS**

As condições materiais de vida dos sujeitos influenciam direta e indiretamente na construção de seu modo de vida, de sua sociabilidade e na vivência de sua identidade de gênero. As travestis são muitas vezes vistas de forma muito mais estigmatizada do que as mulheres trans. Isso porque existe um recorte racial e de classe social na diferenciação entre travestis e mulheres transexuais. Enquanto as travestis não são consideradas mulheres e geralmente têm sua imagem associada ao trabalho sexual, as mulheres trans, geralmente brancas, têm mais chances de acesso à retificação do nome social e à resignação sexual, além do tratamento hormonal. Ambas sofrem transfobia, contudo, as travestis estão mais presentes do que as mulheres trans nas periferias e nas

---

<sup>14</sup> Pessoas que se identificam com o gênero atribuído no nascimento.

camadas mais baixas da sociedade, geralmente são negras e em sua maioria, tendem a sofrer mais violências e mortes.

Em uma conferência nacional da (ANTRA) se discutiu sobre essas formas de racismo na diferenciação do tratamento e foi consenso que tanto faz se referir a essas pessoas como mulheres trans ou travestis, contudo respeitando obviamente o modo como a pessoa quer ser chamada.

Alguns autores acreditam que as travestis são identidades que surgem com mais frequência na periferia do mundo, pois é na periferia que o padrão binário de gênero, um dos fundamentos da ideologia burguesa dominante, é mais subvertido, ainda que também seja reafirmado. Nesse sentido, Ferreira (2014, p. 43) argumenta que

[...] a “periferia” – não enquanto categoria de análise da pobreza ou da exclusão social, mas a “periferia do mundo”, quer dizer, os países subdesenvolvidos e subjugados em termos de economia global – é o lugar ideal para o aparecimento e expressão de sexualidades e padrões de gênero considerados “desviantes” e fora das normas, e o lugar onde as concepções brasileiras de gênero/sexualidade podem ser materializadas com menos pudor

Algumas travestis utilizam fatores associados ao feminino para defenderem sua identidade, como por exemplo, o gosto por serviços domésticos, o que é uma reprodução do machismo e do sexismo (SILVA, 2018). Na verdade, todos nós, de alguma maneira, reproduzimos ideologias sexistas por estarem presentes na nossa formação desde a infância. Cabe lembrar a ainda extremamente atual análise de Engels (2001, p. 182)

[...] não se encontrou ainda nenhum modo de fugir da moral de classe. Para se chegar à conquista de uma moral realmente humana, subtraída a todos os antagonismos de classes ou mesmo a sua recordação, teremos, antes, que alcançar um tipo de sociedade na qual não somente se tenha abolido o antagonismo das classes mas também tenha sido esse antagonismo, além de abolido, esquecido e afastado das práticas da vida.

Portanto, consideramos um equívoco de análise ao tomar os sexos em sentido biológico (ainda que compreendam o caráter social do gênero), sem compreender a relação dialética entre o natural e o social, e muitas vezes uma expressão de pura transfobia as posturas de algumas militantes de segmentos do feminismo radical que culpabilizam as pessoas transexuais pela reprodução de estereótipos sexuais, como se não fossemos todos, em alguma medida, reprodutores desses estereótipos. Curiosamente a maior parte dessas militantes que assumem posturas fascistóides tem uma cor e uma classe social específica e que não é a mesma da maioria das travestis.

Além disso, ser transexual não coloca ninguém em posição de privilégio, muito pelo contrário, o índice de homicídios e violência contra essa população é extremamente alto no Brasil.

Estima-se que 13 anos de idade é média em que Travestis e Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). *E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae).* E é exatamente dentro deste cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, que foram empurradas para a prostituição, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência (PORTAL CATARINAS... acesso em jun. 2020<sup>15</sup>).

Só no primeiro quadrimestre de 2020 já ocorreram cerca de 64 assassinatos de pessoas trans no Brasil, enquanto no mesmo período do ano de 2019 foram 43 (ANTRA, 2020<sup>16</sup>). Os dados são coletados pela ANTRA e seus parceiros de forma precária, pois o Estado nem se quer contabiliza esses assassinatos, o que demonstra o nível de invisibilidade no qual se encontra essa população.

Não se trata de negar a opressão sofrida pelas mulheres cisgênero, muito pelo contrário, compreendemos que a origem da opressão contra mulheres cisgênero e transexuais é a mesma. Por isso, faz-se necessário a união desses segmentos sem deixar de lado as especificidades de cada um, para o combate ao machismo, à transfobia, à homofobia, ao racismo, bem como pelo fim da exploração do trabalho.

Concordamos com Federici (2004) que a categoria mulheres expressa uma forma específica de opressão, relacionada à divisão sexual do trabalho dos corpos e da sexualidade. As mulheres trans e travestis são frequentemente alvo de violência doméstica e sexual, dificilmente conseguem empregos fora da prostituição, existem muitos aspectos em comum com o que sofrem as mulheres cisgênero. Segundo a ativista trans argentina Lohana Berkins “Em todos os âmbitos de seu problema – a mulher negra, a mulher lésbica, a mulher prostituta, a mulher que abortou, a mulher profissional – a mulher tem uma história parecida com a nossa” (BERKINS, 2000).

Alguns autores classificam as travestis como pessoas que não se identificam com a identidade de gênero atribuída no nascimento, e buscam intervenções corporais, entretanto mantendo o pênis, o que seria um fator de estigmatização (PELÚCIO, 2005). Geralmente as travestis são oriundas de classes mais baixas e é muito comum o uso de

---

<sup>15</sup> <https://catarinas.info/a-resistencia-trans-no-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais/>.

<sup>16</sup> <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>.

silicone industrial por esse segmento, aplicado de forma clandestina pelas chamadas “bombadeiras”. O uso desse tipo de procedimento é também mal visto por muitas pessoas trans e associado à pobreza. Entretanto, reafirmamos, não é uma regra para definição de identidade, é apenas um elemento muito presente nessa população. Reiteramos que o que vale é a forma como a pessoa se identifica.

O estigma sobre as travestis se expressa de diversas maneiras: seja por não serem reconhecidas como “mulheres de verdade” (enquanto as mulheres transexuais seriam em essência mulheres que nasceram no corpo errado, como prega o ideário médico), seja pela condição de pobreza, seja pela recorrente relação com a prostituição. Muitas travestis sofreram abusos na infância, o que as levou a fugir ou a serem expulsas de casa, bem como a evasão escolar. Uma vez fora de casa, geralmente no início da puberdade, encontram na prostituição o único meio de sobrevivência. Segundo a ANTRA (2018) cerca de 90% das travestis e transexuais sobrevivem da prostituição, e é sabido que a maioria seus clientes buscam justamente aquelas que não realizaram cirurgia de alteração da genitália. As travestis são recorrentemente alvo de violência policial, violência por parte da família e da comunidade, além de por parte dos homens cisgênero que buscam seus serviços e muitas vezes as agridem ou se recusam a pagar pelo trabalho sexual executado.

Entre as travestis existem termos êmicos utilizados para diferenciar umas das outras. Segundo uma travesti egressa do sistema prisional do Espírito Santo entrevistada por Silva (2018)

o travesti ele tem a a fase na vida dele. Que a primeira é [...] ser gay. Aí ele se sente vontade de se sentir uma mulher, ele passa a se transvesti de uma mulher. Aí quando ele vê que já não tá mais querendo, quer mais, aí vai pra Europa, coloca seios, faz várias cirurgias. Aí no nosso meio a gente fala assim é bicha europeia, travesti, é mais bicha europeia [...] mas sofre lá [na Europa], sofre, porque lá não pode fazer programa, na Itália. Então elas contava que tinha que se jogar no meio do mato na hora que a polícia vinha. Que é proibido! (QUEEN B)<sup>17</sup>.

Conseguir sair do país e fazer procedimentos cirúrgicos é um fator de diferenciação e valorização entre as travestis. Por isso, muitas que não conseguem tais feitos são

---

<sup>17</sup> A entrevistada ora utilizava pronomes femininos, ora utilizava pronomes masculinos. Em seu trabalho com travestis internas do sistema prisional de São Paulo, Zamboni (2017, p. p. 95, grifo do autor) chama atenção para a impossibilidade de trabalhar com categorias fechadas, pois “[...] estamos falando de um contexto no qual a divisão entre orientação sexual e identidade de gênero soa completamente artificial e onde as identidades cristalizadas na sigla LGBT fazem pouco sentido. Elas se referiam umas às outras, a si mesmas e a mim como *monas, bichas, viados, homossexuais, mulheres e travestis*, mas não se fixavam em nenhuma dessas

discriminadas mesmo dentro de sua própria população. Apesar de estarem a frente do movimento LGBTQIA+<sup>18</sup> desde o início e de terem sofrido (e ainda sofrerem) muita violência policial<sup>19</sup>, as travestis são discriminadas ainda por lésbicas, gays e bissexuais. Ou seja, o estigma as acompanha por todos os espaços.

## Conclusão

Mas afinal, quando é que as pessoas Trans têm contato com políticas sociais e com as/os assistentes sociais de fato? Na maioria dos casos esse contato só acontece nas penitenciárias ou nas unidades básicas de saúde e UPAs. Existe uma necropolítica imposta à população Trans, uma política de higienização, exploração e morte dessas pessoas.

O relatório mais recente do UNAIDS aponta que, em todo o mundo, o risco de infecção pelo HIV é 12 vezes maior para pessoas trans em relação à média verificada entre pessoas com vida sexualmente ativa. Além disso, globalmente, estima-se que 19% das mulheres trans e travestis vivam com HIV. Os dados mais recentes do Ministério da Saúde apontam para uma prevalência de HIV que pode ser superior a 30% entre travestis e mulheres trans no Brasil, enquanto na população em geral, esta prevalência é de 0,4% (UNAIDS, 2020)<sup>20</sup>.

No campo da educação a transfobia se acentua ainda mais. De 424 mil estudantes matriculados em universidades federais em 2019, apenas 0,1% são mulheres trans e 0,1% são de homens trans, segundo a ANDIFES (2019).

Estudo realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT) divulgado em dezembro de 2016 mostrou que 73% dos estudantes que não se declaram heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente na escola. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada quatro desses alunos. Dos 1.016 jovens ouvidos na pesquisa, 55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas

---

<sup>18</sup> Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais etc.

<sup>19</sup> A violência policial, junto com a questão do HIV esteve entre os fatores fundamentais para o início da organização de movimentos de travestis. Estas são as pioneiras do movimento homossexual no Brasil, que, violentamente as renegou e ainda as renega até mesmo na atualidade. Para mais informações ver Carvalho e Carrara (2013) e Silva (2018).

<sup>20</sup> Disponível em <https://unaid.org.br/2020/01/dia-da-visibilidade-trans-reuniao-tecnica-discute-saude-direitos-sexuais-e-reprodutivos-trabalho-inclusao-social-e-direitos-humanos/>.

trans no ambiente escolar e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade/expressão de gênero (HANNA; CUNHA... acesso em 26 jun. 2020<sup>21</sup>).

Com um ambiente tão hostil, é quase um milagre que um adolescente transgênero termine o ensino médio. Uma pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima que o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que ela sofre (HANNA; CUNHA... acesso em 26 jun. 2020<sup>22</sup>).

É de extrema importância compreender a relação entre as diversas formas de transfobia sofrida pelas pessoas trans e a ideologia cristã/judaica disseminada em todo o Brasil e no mundo. E, mais especificamente, a uma onda de neopentecostais e ao discurso de ódio de líderes religiosos e políticos, considerando que “quando nos matam, nos matam em nome de Jesus” e essa ideologia é sustentada pelo sistema capitalista, que tem como um de seus pilares o conservadorismo, que tem como principal método de manutenção de poder a utilização de opressões como o machismo, o racismo, as diversas formas de intolerância, seja religiosa, seja relacionada à sexualidades e gêneros. A manutenção no poder parte do princípio de conservar como “ideal de ser humano” o homem hétero cisgênero branco cristão/judaico normativo, a ideia da “família tradicional” e dos bons costumes.

A imposição desse padrão se torna mais intensa com o avanço do neoliberalismo. Em períodos históricos de perda de direitos, as odes à “família tradicional” se tornam mais calorosas, bem como a violência policial contra a população periférica, principalmente a negra. Observa-se uma responsabilização da família concomitante à tentativa de desobrigar ou reduzir a responsabilidade do Estado de garantir o acesso da população a direitos sociais via políticas públicas, e uma imposição de formas de exploração mais intensas em condições de trabalho cada vez mais precárias. Os instrumentos utilizados são frequentemente a ideologia conservadora e a violência: a primeira atuando no controle dos corpos, das sexualidades, da disciplina para trabalhos em condições subumanas, do tempo livre etc; a segunda exterminando corpos indesejáveis à classe

---

<sup>21</sup> Disponível em <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>.

<sup>22</sup> Disponível em <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>.



dominante e impossibilitando o acesso a espaços de convívio social, a serviços essenciais e não essenciais.

Quando comparamos os dados de morte, evasão escolar e a saúde da população trans, fica nítido que a estrutura racista aumenta os níveis de desigualdade e mortalidade quando se é uma pessoa trans negra, um dossiê apresentado por Maria Clara Araújo, mulher trans negra, aponta, segundo o Atlas da Violência no Brasil em 2018, que houve 183 casos de morte e violência contra travestis e transexuais e desses 183 casos, 82% eram pessoas negras, sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo (BORGES, 2019). Em 2019 o Brasil passou de 55º lugar para o 68º de países mais seguros para pessoas transgêneros segundo o dossiê da (ANTRA) lançado no site oficial em janeiro de 2019.

Diante do exposto é fundamental o trabalho dos assistentes sociais no processo de ampliação e efetivação dos direitos sociais para pessoas transexuais, considerando a vulnerabilidade e invisibilização à qual essa população está exposta, repercutindo em violências, falta de acesso à educação, emprego, moradia, saúde, assistência social etc.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%C3%A7%C3%A3o-das-U.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2020.

BARBOSA, Bruno César. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, Ago. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 jun. 2020.

BARROCO, M. L. S. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (ORGs) Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

BENTO, B. A. M. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERKINS, Lohana. Travestida para transgredir. **Revista Socialismo o Barbárie**, n. 3, ano. 1, out. 2000. Entrevista concedida a Clarisa Palapot pela ativista transgênero argentina Lohana Bernkins. Disponível em: <

<https://www.marxists.org/portugues/berkins/2000/10/transgredir.htm>>. Acesso em 26 jun. 2020.

BONA JUNIOR, A. (2011). A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. *Filosofia E Educação*, 3(2), 18-43.

BORGES, P. Segundo dossiê, 82% das pessoas trans assassinadas no Brasil são negras. 17 DE ABRIL DE 2019. Disponível Em:<<https://almapreta.com/editorias/realidade/segundo-dossie-82-das-pessoas-trans-assassinadas-no-brasil-sao-negras>>. Acesso em 26 jun. 2020.

CARVALHO, M; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n.14, p. 319-351, Ago. 2013 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 jun. 2020.

CONNELL, R; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

COSTA, M. D. **Mulheres e subversão da comunidade**. In: Feminismo com Classe, abril 2019. Disponível em:< <https://medium.com/qg-feminista/mulheres-e-a-subvers%C3%A3o-da-comunidade-de-mariarosa-dalla-costa-b7449ee52519>>. Acesso em 26 jun. 2020.

DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.17, p.99-119, Ago. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000300099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300099&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 jun. 2020.

ENGELS, F. **O Anti-Duhring**. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Moraes, 2001.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2004. Disponível em:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196118/mod\\_resource/content/1/Federici%20S.%20%282004%29.%20Caliba%20e%20a%20bruxa\\_mulheres%20%20corpo%20e%20acumula%C3%A7%C3%A3o%20primitiva.%20Cap%C3%ADtulo%20IV.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196118/mod_resource/content/1/Federici%20S.%20%282004%29.%20Caliba%20e%20a%20bruxa_mulheres%20%20corpo%20e%20acumula%C3%A7%C3%A3o%20primitiva.%20Cap%C3%ADtulo%20IV.pdf)>. Acesso em 26 jun. 2020.

FEDERICI, S. El patriarcado del salario: criticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FERREIRA, G. G. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.86, p.93-103, Mar. 2010. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005)>. Acesso em 26 jun. 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**, 2. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. São Paulo; Boitempo, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZAROS, I. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica” – Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. In: Campos: Revista de Antropologia Social, v. 6, n. 1 e 2, 2005. Disponível em:< <http://revistas.ufpr.br/campos/article/view/4509>>. Acesso em 26 jun. 2020.

SILVA, M. A. Meu nome é Geni: uma análise da experiência de travestis no sistema prisional capixaba. 2018. 243f. (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

TABET, P. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy FALQUET, Jules. **EL PATRIARCADO AL DESNUDO. Tres feministas materialistas**: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. 1 ed. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ZAMBONI, M. Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos. In: **Revista Euroamericana de Antropología**. nº 2. P. 15-23. Jun. 2016. Disponível em:<[https://iiacyl.files.wordpress.com/2016/07/2-n2\\_zamboni.pdf](https://iiacyl.files.wordpress.com/2016/07/2-n2_zamboni.pdf)>. Acesso em 26 jun. 2020.